



A IMPORTÂNCIA DA ESTIMULAÇÃO PRECOCE COM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

RAMALHAIS, Taíza Fernanda¹

RESUMO

O artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica visando compreender como se processa a discussão sobre a importância em se trabalhar a estimulação precoce do bebê e/ou da criança quando estes estão abrigados, pois estas crianças estão sem os pais. Nas áreas de Pedagogia/Psicologia, ressalta-se o quanto é essencial para a saúde mental do recém-nascido e da criança de pouca idade, o calor, a intimidade e a relação constante com a mãe ou quem, em caráter permanente, a substitua. Os resultados apontam que inúmeras são as consequências da carência afetiva e da privação cultural sobre o desenvolvimento do ser humano. Uma interação de qualidade no ambiente institucional ou com cuidados substitutos dependerá invariavelmente de alguns fatores, tais como: a organização da rotina de cuidados e as normas da instituição; o número de cuidadoras que se ocupam de cada criança; as características emocionais e as vivências infantis do próprio cuidador, bem como o apoio psicológico aos cuidadores que se ocupam diretamente das crianças. Além disso, são consideradas influências importantes a história de vida de cada criança, a sua idade e, o motivo do afastamento da família biológica. Contudo, propõe-se que estudos futuros possam reconhecer a importância da estimulação precoce no desenvolvimento infantil em contextos institucionais e assim as propostas de estimulação possam ser incorporadas no cotidiano desses ambientes. Ficou evidenciado a importância de toda a atenção precoce e intervenções que as crianças devem usufruir na instituição, e a necessidade que se trabalhe em prol da execução da nova lei e que as crianças sejam realmente retiradas até o prazo máximo nela definido para o acolhimento, seja por meio da reinserção aos seus familiares ou através da adoção.

Palavras-chave: Crianças. Estimulação precoce. Institucionalizadas. Psicologia

1. INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, as suposições acerca dos efeitos da institucionalização precoce e prolongada de crianças ganham relevância, principalmente em período inicial da infância em que podem se manifestar de forma intensa e quase irreversível sequelas psicológicas oriundas dessa modalidade de cuidado infantil (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

¹ *Doutoranda em Ciência Animal: Intervenção Assistida por Animais em crianças* - Universidade Norte do Paraná (UNIPAR)/Graduada em Psicologia/Pedagogia. E-mail: thai_19@hotmail.com

Atualmente, autores como Zeanah, et al (2003) consideram que experiências de separação ou perda de figuras que servem de referência para a criança por motivo de acolhimento, relacionam-se a prejuízos quase irreparáveis no desenvolvimento da linguagem, na capacidade de ligar-se e apegar-se. O tempo que vai da concepção até os 3 anos de idade, é propício à aquisição de habilidades cognitivas e sociais. Desse modo, o afastamento da família e a permanência da criança em instituição que ofereça pouco estímulo físico e social, podem limitar os notáveis avanços desenvolvimentais nessa etapa da vida.

A proporção funcionários criança é inadequada e a clientela pode incluir crianças com transtornos neurológicos. Nestas condições um desenvolvimento normal poderá ocorrer com atrasos, mas as instituições podem adotar medidas que amenizem este quadro, como o treinamento e formação de cuidadoras sobre a importância da estimulação, do contato afetivo com o bebê e a compreensão de suas necessidades individuais (MENECHINI; CARVALHO, 2003).

O profissional de saúde que conhece as etapas do desenvolvimento infantil pode ser um potencial cuidador no atendimento ao bebê, através da facilitação do diálogo afetivo com o mesmo, estímulo à leitura das expressões, das condutas dos bebês nas particularidades de seus gestos e suas respostas quando em comunicação ou proximidade com os pais. Isso se torna importante no contexto do acolhimento institucional, visto que existe uma carência de pessoas habilitadas e disponíveis para o contato e estimulação das crianças institucionalizadas (FIGUEIRAS et al., 2003).

Na maioria dos casos, a institucionalização de uma criança ocorre de forma dolorosa, porque significa a ruptura de vínculos familiares, por motivos diversos e, em geral, ameaçadores para o bem-estar da criança, tais como abusos, maus tratos, violência doméstica.

No entanto as oportunidades restritas de movimento e a privação de experiências têm mostrado repetidamente interferir nas habilidades das crianças para desempenhar tarefas desenvolvimentistas que são características de suas faixas etárias. Os efeitos da privação de experiências motora e sensorial podem, algumas vezes, ser superados quando condições quase ideais são estabelecidas para a criança. A extensão até a qual a criança poderá alcançar seus

companheiros etários, entretanto, depende da duração e da severidade da privação, da idade e do potencial genético de crescimento individual da criança.

Nas áreas de Pedagogia/Psicologia, ressalta-se o quanto é essencial para a saúde mental do recém-nascido e da criança de pouca idade, o calor, a intimidade e a relação constante com a mãe ou quem, em caráter permanente, a substitua. No segundo capítulo, busca-se relatar brevemente a metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa. O terceiro capítulo apresenta os resultados e faz uma análise e discussão do estudo, e no quarto e último capítulo faz-se algumas considerações do trabalho empreendido pesquisa bibliográfica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Alguns autores contemporâneos, como Brazelton (1988), Schaffer (1996), Klaus e Kennell (2000), Claussen e Crittenden (2000) e Schermann (2001), salientam que os bebês recém nascidos apresentam uma grande capacidade de responder às interações com a mãe já nos primeiros momentos. Nas interações mãe-bebê, os afetos, sentimentos e emoções de um refletem os do outro por espelhamento, contágio ou reações contingentes dentro de um curto período de tempo.

Desse modo observa-se que o bebê passa a constituir-se a partir do outro, a mãe é o que o bebê vê e se espelha. Ressalta-se a importância do afeto na relação mãe-bebê, observou como é indispensável durante a infância e sugeriu que é a partir desta relação que nasce e desenvolve-se a consciência do bebê. Pois a ternura da mãe proporciona uma vasta gama de experiências vitais ao bebê e sua atitude afetiva favorece a qualidade da experiência. De acordo com Winnicott (2000), a boa evolução dos estágios posteriores do desenvolvimento depende, principalmente, de bons resultados nos primeiros contatos do bebê com a mãe ou cuidadora.

Em pesquisa realizada no Brasil, Seidl-de-Moura et al. (2008), examinaram as características das interações das mães com seus bebês. Um grupo de atividades comuns como parceiros em trocas sociais foi identificado e algumas das características das interações iniciais foram analisadas. Os episódios de interação do tipo face a face predominou, caracterizado pelas atividades de tocar, olhar e mamar. Em relação às atividades predominantes das mães foram: olhar o bebê

(99,2%) e tocar o bebê (83,4%). Além disso, visualizaram-se vários momentos de interação através da estimulação por objetos, assim como interações afetivas através do contato corporal. Estes resultados sugerem a importância das atividades de olhar e tocar no processo interacional mãe-bebê, o que reforça a importância da afetividade como construtiva nestas interações e de grande relevância para o desenvolvimento infantil.

Logo, pode-se observar o quão positivo é para o bebê a oportunidade de trocas afetivas e corporais com a mãe e o quão significativo pode ser a falta disto para bebês institucionalizados que não são estimulados.

Acredita-se que o desenvolvimento infantil é visto como um processo com início desde a vida intrauterina que engloba o crescimento físico, a maturação neurológica e a construção de habilidades nas esferas cognitiva, social, comportamental e afetiva da criança, tornando-a competente para responder às suas necessidades e às do seu meio (SANTOS, 2001).

Contudo, Winnicott (1983) ressalta que a maturidade do ser humano é um termo que implica crescimento pessoal e socialização. Pode-se observar que o desenvolvimento infantil é complexo, pois envolve além das mudanças biológicas, como o aumento do tamanho do corpo, o fortalecimento dos músculos e ossos; incluem também as aquisições percepto-motoras, as habilidades cognitivas e psicossociais.

Em um trabalho realizado por Smyke (2007), comparou os cuidados de lactentes e crianças criadas em instituições, com aquelas criadas com a família, na Romênia. O resultado não surpreendeu, pois mostrou que as crianças mais velhas cuidadas em instituições mostraram maior nível de comprometimento cognitivo que as crianças mais jovens. Isto é compatível com a ideia de que a capacidade cognitiva é diminuída com o tempo vivenciado em contextos institucionais. Também, foi descoberto que a internalização e problemas de comportamento exteriorizado não eram mais comuns entre as crianças que vivem em instituições do que as que foram criadas em famílias, mas a internalização e problemas de externalização podem surgir como consequência de uma criação institucional antecipada de bebês. Logo, uma maior exploração sobre as diferenças individuais de crianças e os cuidados dispensados as mesmas, é uma importante direção para pesquisas no futuro.

Algumas pesquisas estabelecem relações comparativas entre diferentes aspectos do desenvolvimento de crianças que em seus primeiros meses ou anos de vida foram cuidadas em instituições e depois em lares adotivos, como investigaram Dozier et al., (2001). Em todas elas, os escores relativos às crianças com histórico de institucionalização precoce e prolongada indicam evidente desvantagem em termos desenvolvimentais em relação àquelas que foram mantidas em casa e no convívio com familiares.

Em pesquisa realizada no Espaço de Acolhimento Provisório Infantil- EAPI, Barros (2009), relatou em suas conclusões que alguns cuidados oferecidos pelas monitoras às crianças institucionalizadas na faixa etária entre 2 a 4 anos, eram considerados como tarefas sem identificação de afeto, a quantidade de monitoras era inferior a demanda das crianças, o que ocasionava pouca atenção às necessidades individuais de cada criança. Porém, as crianças participantes do estudo encontraram meios particulares de lidar com a situação que fazia parte de sua vida desde os primeiros meses de vida.

Ao analisar-se o que foi abordado neste item, sobre os cuidados sem identidade afetiva, pode-se observar os fatores de risco e proteção que podem estar presentes nas reações das crianças que vivem no contexto institucional, assim como na sua capacidade de se recuperar dos efeitos da institucionalização, diante disso acredita-se na importância do acompanhamento do desenvolvimento das mesmas através de avaliações e atividades interventivas que estimulem habilidades motoras, cognitivas, sociais, afetivas e etc.

Diante dos fatores apontados acima este artigo traz como objetivo o porque é importante estimular o bebê e/ou a criança que está abrigada. Ao investigar-se ecologicamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados significa entendê-los como “pessoas em desenvolvimento” e considerar este desenvolvimento “no contexto” (BRONFENBRENNER, 1996).

Para Bronfenbrenner (1996), os efeitos imediatos da privação dos cuidados maternos após o sexto mês de vida traz seguramente danos ao desenvolvimento infantil, mas enfatiza que as consequências em longo prazo podem ser superadas ou reparadas em razão de vários fatores, como a qualidade do cuidado institucional, o tempo de convivência nesse meio, o ambiente pós-institucionalização, entre outros. Porém, ressalta que, quando a privação ocorre nos primeiros 6 meses, fase

em que as interações da criança com a mãe são mais intensas e as ferramentas que possibilitam a aprendizagem e o conhecimento do mundo começam a ser experimentadas, os prejuízos emocionais e cognitivos tendem a ser mais severos e persistentes e, conseqüentemente, a possibilidade de reparação desses déficits pode se tornar menor.

Diante desse quadro de possíveis conseqüências para o desenvolvimento da criança em acolhimento institucional, tem se observado a importância de programas e atividades que estimulem o desenvolvimento adequado com a aquisição de habilidades motoras, cognitivas e psicossociais. Os programas de estimulação têm sido muito utilizados por vários profissionais de creches e abrigos. Segundo Martins e Moser (1996), a estimulação precoce é um conjunto de processos preventivos e/ou terapêuticos para assegurar à criança um melhor intercâmbio com o meio em que vive durante a primeira infância.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 1988).

Quanto aos temas da pesquisa, foram utilizadas fontes bibliográficas das áreas da Psicologia e Pedagogia, incluindo livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Foram pesquisados materiais bibliográficos (livros) selecionados a partir da afinidade com o tema de pesquisa, não foi adotado nenhum corte cronológico de edição pois, visto que as áreas pesquisadas são bastante diversificadas, não era conveniente tal limitação.

Quanto aos artigos de periódicos científicos, a princípio, estabeleceu-se um corte cronológico a partir do ano de 2000 até 2010, no entanto, no andamento da pesquisa, detectou-se a necessidade de aumentar esse universo, em função da escassa produção de artigos vinculados ao tema dessa pesquisa no período proposto. Para que fosse possível complementar a pesquisa com esse material,

estabeleceu-se uma nova determinação cronológica, período em que foi possível localizar mais conteúdos dessa natureza.

Apesar do esforço de pesquisa, o número de artigos encontrados, que tinham relação com os objetivos propostos, foi pequeno. No entanto, esse fato não invalida o estudo e nem diminui sua importância informacional para a formação acadêmica.

No período do levantamento de dados, os materiais coletados – bibliografias e artigos- foram reunidos seguindo os critérios de alinhamento dos sub-temas, e foram registrados através do fichamento individual de cada obra ou artigo. Posteriormente, realizou-se uma análise desses dados de forma a iniciar a sua inclusão nos resultados da pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Ao nascer uma criança precisa se adaptar a um mundo totalmente novo. Desde o nascimento até pelo sexto mês seu interesse centraliza-se quase que exclusivamente na figura da mãe. Ainda nos primeiros dias de vida, já conhece muito sobre ela, é capaz de reconhecê-la pela voz e pelo olfato. Reconhece os ritmos de seu coração, ao qual se habituou durante os nove meses da gestação (ABERASTURY, 1992).

A mãe ou outro adulto podem vir a ser um cuidador competente, o qual entende-se o indivíduo capaz de decifrar sinais que a criança emite para então atendê-la nas suas necessidades desenvolvimentais (SANTOS DA SILVA, 2003). Ou seja, a pessoa que dispensa cuidados a criança deve ter sensibilidade e afinidade com a mesma, pois somente havendo essa sintonia é possível o estabelecimento da confiança imprescindível para essa relação.

O reconhecimento da competência do recém-nascido, em relação à sua capacidade de percepção, imitação e comunicação, ou seja, de sua pré-adaptação para iniciar o conhecimento do meio no qual está inserido, nos aspectos físicos e sociais, evidencia o papel ativo do bebê no mundo e nas relações didáticas. Segundo Brazelton e Cramer (1992), as mães apresentam, em graus variados, a capacidade de reconhecer as necessidades, preferências, limites do bebê.

Elas reconhecem ainda a forma peculiar de comunicação dos bebês, ajustando seu comportamento a esses aspectos. Para Heckhausen (1987), adaptações são também realizados pelo bebê. Tanto a criança age sobre sua mãe

através de olhares e mímicas, quanto à mãe age sobre ele por meio de sua fala e movimentação (ROBIN, 1980). No caso da mãe há um ajuste intuitivo e preciso de sua atividade às capacidades do bebê (BRUNER, 1983), um ajuste que pode ser percebido, inclusive, em termos de linguagem.

Esse dado é relevante para observar-se que o bebê já possui a capacidade para interagir, o que viabiliza a constituição da vinculação afetiva entre a criança e o adulto que lhe dispense cuidados. Assim, acredita-se que os bebês possam demonstrar evidências de suas intenções e é capaz de reconhecer a do outro (STERN, 1991).

O bebê tem o mundo limitado às suas necessidades corporais (WINNICOTT, 2000). A mãe que conhece o bebê procura satisfazer tais necessidades, embora incapaz de prover todas as suas demandas, o bebê vai adaptar-se gradativamente por meio do contato, calor corporal, movimento, alimentação, cuidados higiênicos que a mãe favorecerá (WINNICOTT, 2000).

Esses cuidados permitem ao bebê desenvolver-se, o que influenciará na visão de si próprio, nos seus relacionamentos interpessoais, na sua autoestima, pois “o conjunto das interações precoces vividas pelo bebê em seu corpo e em seu comportamento dão lugar a uma atividade de mentalização e figuração absolutamente essencial na ontogênese do aparelho psíquico da criança” (ARAGÃO, 2004, p. 21). Ou seja, as experiências vivenciadas pelo bebê serão determinantes no desenvolvimento futuro do mesmo.

Para que seja possível compreender o desenvolvimento das crianças que possuem fatores de risco, inclusive os que estão interligados ao acolhimento institucional, torna-se necessária uma avaliação precoce e criteriosa. Para possibilitar a identificação de alterações no desenvolvimento, uma intervenção pontual poderá ser elaborada na tentativa de estimular as áreas com possíveis atrasos. Entende-se que, atualmente, a intervenção nos primeiros anos de vida apresenta resultados eficazes. A partir da avaliação e da identificação dos efeitos de um programa de intervenção que considere e relacione as diferentes áreas do desenvolvimento de crianças institucionalizadas, será possível demonstrar a importância de medidas preventivas para os agravos ao desenvolvimento nestes contextos.

Os primeiros anos de vida são considerados críticos para o desenvolvimento do bebê, já que existe maior plasticidade cerebral, o que possibilita o desenvolvimento das potencialidades da criança. A plasticidade neuronal é reforçada no cérebro em desenvolvimento e a experiência apropriada neste período é de extrema importância para a adequada função dos sistemas neurais (NASCIMENTO; PIASSÃO, 2009).

Em relação aos fatores de risco ambientais, as instituições de abrigo vêm sendo frequentemente citadas como locais de impacto negativo para o desenvolvimento psicomotor. Dificuldades nas relações sociais, insegurança, ansiedade, problemas de conduta, déficit de atenção e hiperatividade são descritos como possíveis danos para a saúde de crianças em acolhimento institucional. Alterações estruturais no sistema nervoso central também têm sido implicadas no impacto da institucionalização, como atrofia neurale desenvolvimento anormal do cérebro (CASTANHO; BLASCOVI-ASSIS, 2004).

Para diferenciar a estimulação da intervenção precoce, observa-se que a estimulação é o que todo bebê ou criança recém-nascida necessita para desenvolver as suas capacidades. Já a intervenção precoce atua de forma efetiva visando ajudar a criança com alteração em seu desenvolvimento, desde os primeiros momentos de vida (PÉREZ-RAMOS et al., 1990). Entretanto, a estimulação precoce tem sido substituída por Estimulação Essencial ao Desenvolvimento, definida como uma necessidade humana básica para um crescimento e desenvolvimento harmônico, pois através desta prática, a criança desenvolve o seu potencial genético e atinge a maturidade física, mental e social (CABRAL, 1989).

A estimulação precoce/essencial incentiva o desenvolvimento cognitivo da criança e o conhecimento de seu corpo, para que obtenha um ganho físico, intelectual, emocional e social. Com isto suas manobras não devem resumir-se em repetições passivas e, muito menos, trazer sofrimento ao bebê, deve desta forma, ser realizada de acordo com o ritmo natural de cada um.

No estudo em questão foi utilizada a estimulação precoce/essencial para o atendimento com os bebês no espaço do abrigo, porém foram acrescentadas ações que estimulam o aspecto afetivo, por acreditar que para que a criança desenvolva-se de forma integral é necessária uma figura de referência afetiva em que a mesma tenha confiança.

Nascimento e Piassão (2009), em pesquisa em contexto de abrigo, tiveram como objetivo avaliar os efeitos de um programa de estimulação neuropsicomotora no desenvolvimento de lactentes institucionalizados, nas áreas: postural, da coordenação óculo-motriz, da linguagem e social. Como resultados alcançaram que na primeira avaliação quatro lactentes apresentaram atraso no desenvolvimento global, e em um caso a área social encontrava-se nesta condição. Na coordenação óculo-motriz, quatro casos apresentaram atraso. Na última avaliação todas as áreas do desenvolvimento evoluíram, com exceção da área social, na qual o atraso persistiu em um caso. O desenvolvimento global alcançou perfis de normalidade em todos os lactentes. Foi obtida significância estatística para os quocientes de desenvolvimento da linguagem e da coordenação óculo-motriz e para os quocientes de desenvolvimento global. Com o programa de estimulação, os lactentes obtiveram evolução no desenvolvimento neuropsicomotor, sendo significativa nas áreas da coordenação óculo-motriz, da linguagem e no desenvolvimento global.

As etapas do desenvolvimento da criança devem ser observadas e respeitadas na sua individualidade, para que suas potencialidades possam ser enriquecidas e desenvolvidas com a estimulação, beneficiando assim, o seu desenvolvimento como um todo.

Pois a não intervenção precoce poderá causar à criança consequências negativas, pois a aquisição de conhecimentos está ligada diretamente com o desenvolvimento psicomotor, a criança precisa ser estimulada para que ela possa evoluir aproveitando toda a sua capacidade cognitiva.

Diversas pesquisas relacionam condutas de risco com crianças que vivenciaram a ausência materna ou tiveram um relacionamento perturbado com suas mães nos primeiros anos de vida. Para Bowlby (1981), o desenvolvimento de crianças institucionalizadas desde cedo é causador de danos significativos, tanto fisicamente quanto mentalmente. O autor refere que desde a primeira semana de vida os efeitos da privação dos cuidados maternos podem ser observados nos bebês.

É inegável, contudo, que mesmo as crianças que apresentam falhas e dificuldades na habilidade de relacionar-se em razão de suas experiências de vida, ainda assim demonstram ter uma capacidade e uma disponibilidade emocional para buscar vínculos alternativos que possam estruturar e processar o mundo ao seu

redor, mostrando que, apesar de toda conflitiva do abandono, elas apresentam recursos internos preservados e bastante saudáveis. Isso traz à tona novamente a questão afetiva como o principal déficit da rotina institucional. Como se percebe até então, o cuidado oferecido não substitui o cuidado de uma relação afetiva, tão necessária por gerar bem-estar emocional e o desenvolvimento das relações interpessoais.

Os cuidados substitutos são uma forma de reduzir algum possível dano e por isso a importância de um investimento na formação, seleção e manutenção das mães sociais, afim de que essas possam vincular-se com as crianças e propiciar uma relação afetiva saudável e duradoura, podendo criar um clima de segurança para os menores abandonados.

O que ficou comprovado é que na verdade essas crianças não precisam de “coisas” e o mais importante não são somente as oportunidades, mas sim o sentimento de pertencer, de “sentir-se em casa”, no seio de uma família, mesmo que esta família seja institucional, precisam de afeto e atenção e alguém disposto a escutá-las e lhes dar amor. Partindo desse pressuposto, a importância do serviço de Psicologia no abrigo se faz necessária não somente para as crianças, mas também para dar um suporte aos monitores, visto que o bem-estar das crianças está diretamente relacionado ao cuidado substituto, e neste sentido o serviço de Psicologia se apresentaria então como forma de apoio e aconselhamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma interação de qualidade no ambiente institucional ou com cuidados substitutos dependerá invariavelmente de alguns fatores, tais como: a organização da rotina de cuidados e as normas da instituição; o número de cuidadoras que se ocupam de cada criança; as características emocionais e as vivências infantis do próprio cuidador, bem como o apoio psicológico aos cuidadores que se ocupam diretamente das crianças. Além disso, são consideradas influências importantes a história de vida de cada criança, a sua idade e, o motivo do afastamento da família biológica.

Através da análise de estudos que evidenciam a estimulação seja precoce e/ou essencial, são poucas publicações que abordam a importância de programas de intervenção para a estimulação de vários aspectos do desenvolvimento infantil no

contexto do abrigo. Logo, esta dissertação argumentativa se propôs a compreender o desenvolvimento dos bebês e como a intervenção diante de suas necessidades auxiliou na minimização de possíveis aspectos negativos da institucionalização, assim como auxiliar estudos sobre essa temática de extrema relevância no contexto atual onde o ambiente favorável torna-se indispensável para o desenvolvimento adequado de habilidades na infância.

Nesse sentido, a estimulação precoce é de total relevância, pois, no futuro garantirá a auto-estima da criança, a confiança nas suas próprias possibilidades, o conhecimento das suas dificuldades, a adaptação ao seu meio que compreende não só as pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento, mas a sociedade, essa adaptação implica na capacidade de atuar, agir, modificar e produzir alterações ao seu redor, possibilitando seu desenvolvimento e crescimento pessoal.

Portanto, o principal é a aceitação da criança, a afetividade, um ambiente variado de estímulos, a participação da família em trabalho conjunto com a equipe multidisciplinar, esses são e sempre serão aspectos fundamentais para o desenvolvimento infantil.

Em síntese, é fundamental considerar a estimulação precoce como um importante aliado na prevenção ou atenuante de possíveis deficiências, para tanto, é necessário que a instituição infantil tenha um espaço e material adequados, professores capacitados para trabalhar na intervenção precoce, buscando as parcerias família/escola e outros setores da sociedade, para que a escola se transforme em um espaço de efetiva aprendizagem e inclusão de todas as crianças independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas.

Pois é preciso considerar que os estudos acerca desta temática são ainda inconclusivos, tanto pela falta de mais estudos empíricos quanto pela superficialidade da maior parte da literatura sobre os efeitos da institucionalização. Sem sombra de dúvidas, este é um tema bastante complexo que carece – e merece! - mais atenção, pois só assim será possível (re)pensar como construir melhores oportunidades de vida para aqueles que tanto necessitam.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. **Psicanálise da Criança**: teoria e técnica, Porto Alegre, Artes Medicas, 1992.

ARAGÃO, R., (org.). **O bebê, o corpo e a linguagem**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

BARROS, A. C. B. G. **“João e Maria”**: uma observação psicanalítica sobre a experiência de crianças em situação de abrigamento. 2009. 101f. Dissertação (mestrado em psicologia), Universidade Federal do Para- UFPA. Belém, 2009.

Bowlby, J. (1981). **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes Editora.

BOFF, A. A. **Recortes de Interações entre cuidadoras e crianças institucionalizadas**: uma avaliação das funções parentais a luz da psicanálise. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2002.

BRAZELTON, T. B.; CRAMER, B. G. **As primeiras relações**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRAZELTON, T. B. **O desenvolvimento do apego**: uma família em formação. Artes médicas, Porto Alegre, 1988.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: Experimentos naturais e planejados (M. A. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 1996. (Originalmente publicado em 1994).

BRUNER, J. **In Search of mind**: essays in autobiography. New York: Harps & Row, 1983.

CABRAL, I. E. **Aplicação da estimulação essencial à criança hospitalizada**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, v. 42, n. ¼, p. 90-92, 1989.

CARVALHO, A. M. **Comportamento de cuidado entre crianças**: um estudo longitudinal entre diferentes ambientes institucionais. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CASTANHO, A. A. G; BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Caracterização do desenvolvimento motor da criança institucionalizada**. Fisiot. Bras., v. 5, p. 437-42, 2004.

CAVALCANTE, L. I. C., BRITO, R. C. S. E MAGALHAES, C. M. C. **Crianças institucionalizadas**: limites e riscos ao desenvolvimento. Em: Pontes, F. A. R., Magalhães, C. M. C., Brito, R. C. S. e Martin, W. L. B. (Orgs). Temas pertinentes a psicologia contemporânea. Belém: EDUFPA, p. 327-353, 2005.

CAVALCANTE, L. I. C., MAGALHAES, C. M. C E PONTES, F. A. R. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças**: discutindo aspectos diários para o desenvolvimento. Aletheia, n. 25, Canoas, jun 2007.

CLAUSSEN, A. H; CRITTENDEN, P. M. **Maternal sensivity**, pp. 115-122. Cambridge University Press, Nova York, 2000.

DOZIER, M., STOVALL, K. C., ALBUS, K., E. E BATES, B., J. M. **Attachment for infants in foster care: the role of caregiver state mind**. Em: child development 72: 1467-1477, 2001.

FIGUEIRAS, A. C. M. et al. **Avaliação das praticas e conhecimentos de profissionais da atenção primaria da saúde sobre vigilancia do desenvolvimento infantil**. Caderno de Saúde Pública, v. 19, n. 6, p. 1691-1699, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1988.

HECKHAUSEN, J. **How do mothers know?** Infants. Chronological age os infants performance as determinants of adaptation in maternal instruction? Journal of experimental child psychology, 43, 212-226, 1989.

KLAUS, M. H; KENNEL, J. **Vínculo: construindo as bases para um apego seguro e para a independência**. Artes Medicas, Porto Alegre, 2000.

MARTINS, P. C. R.; MOSER. M. H. **Desenvolvimento psicomotor de criança no lar e na creche**. Revista medica hospital São Vicente de Paula., v. 8, n. 18, p. 20-28, 1996.

MENEGHINI, R.; CAMPOS de CARVALHO, M. **Arranjo espacial na creche: espaços para interagir, brincar isoladamente, dirigir-se socialmente e observar o outro**. Psicologia: reflexão e critica, v. 16, supl. 2, p. 367-378, 2003.

MORAIS, N. A. LEITAO, H. S., KOLLER, S. H. E CAMPOS, H. R. **Notas sobre a experiência de vida num internato: aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento dos internos**. Revista Psicologia em Estudo 3: 379-387, 2004.

NASCIMENTO, R; PIASSÃO. C. **Avaliação e estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor em lactantes institucionalizadas**. Revista neurociencias, vol. 18, p. 469-478, 2009.

NOGUEIRA, P. C. **A criança em situação de abrigamento: reparação ou re-abandono**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2004.

PARREIRA, S. M. C. P. E JUSTO J. S. **A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação**. Em: Psicologia em Estudo 2: 175-180, 2005.

SANTOS, D. C.C. **Desenvolvimento durante o primeiro ano de vida: uma comparação entre um grupo de lactentes brasileiros e americanos**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SANTOS C, C, D.; CAMPOS, D. **Desenvolvimento motor:** Fundamentos para Diagnóstico e intervenção. In: Moura-Ribeiro, M. V. L. & Goncalves, V. M. G. (Orgs.). Neurologia do Desenvolvimento da Criança, 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000, p. 288-307.

SANTOS DA SILVA, M.R. **A Construção de uma trajetória resiliente durante as primeiras etapas do desenvolvimento da criança:** o papel da sensibilidade materna e do suporte social. Tese de Doutorado, Departamento de Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2003.

SCHAFFER, H. R. **Social development.** Blackwell Publishers Ltda, Oxford, 1996.

SCHERMANN, L. **Considerações sobre a interação mãe-criança e o nascimento prétermo.** Temas em Psicologia da SBP9(1):55-61, 2001.

SEIDL-DE-MOURA, M., RIBAS, A., SEABRA, K., PESSOA, L., NOGUEIRA, S., MENDES, D., ROCHA, S., VICENTE, C. **Interações mãe-bebê de um e cinco meses:** aspectos afetivos, complexidade e sistemas parentais predominantes. Psicologia: Reflexão e Crítica, 21 (1), 66-73, 2008.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência:** uma revisão da literatura. Em: Psicologia e Sociedade 18: 71-80, 2006.

SMYKE, A. et al. **The caregiving control in institution-reared and family-reared infants and toddlers in Romania.** Journal of Child Psychology and Psychiatry 48:2, pp. 210-218, 2007.

STERN, D. N. **Diário de um bebê:** o que seu filho sente, imagina e deseja. São Paulo: Artes Medicas, 1991.

WINNICOTT, D. W. **O Ambiente e os Processos de Maturação.** Estudos Sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional. Artmed. Porto Alegre: 1983. p.80

WINNICOTT, D. **Da pediatria à Psicanálise.** Imago, Rio de Janeiro, 2000.

ZEANAH, H. C., NELSON, C. A., FOX, N. A. SMYKE, A. T., MARSHALL, P., PARKER, S. W. E KOGA, S. **Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development:** the Bucharest Early Intervention Project. Em: Development and Psychopathology 15: 885-907, 2003.